

MATÉRIA DE DIÁLOGO (*)

Pelo Dr. Mário Raposo

I

1. Neste *porto de lama* em que nalguns aspectos da vida colectiva se ancorou há que fazer apelo, na medida das possibilidades de cada um, à lucidez, ao espírito crítico e ao sentido das realidades. Sérgio e Raul Proença fazem-nos falta. Caso eles, para usar duma expressão do primeiro, não tivessem sido já lançados «às malvas, para adorar em auge os faraós de feira, de vontade robusta e de cabeça ôca».

Ninguém porá em causa a importância nacional da Revolução de Abril, enquanto ambicionado canal para a recuperação da democracia. Deverá ser alvo de todas as consagrações, a primeira das quais estará em cada um de nós ser *autenticamente* democrata, habitante *voluntário* duma sociedade aberta, convivente e progressiva. Por assim ser, nem haverá que fazer reparo a que em pleno paroxismo gonçalvista se tenha convalidado o *Dia de Portugal* de 10 de Junho para 25 de Abril.

Outra coisa, completamente diversa e infelizmente frequente, será a de repudiar a nossa História, o nosso «glorioso pas-

(*) Transcrição parcial e com alterações de forma de dois dos artigos publicados em O SÉCULO entre Fevereiro e Junho de 1976.

sado», no qual, em castelhano rompante, Salvador de Madariaga viu a nossa única razão de ser como país independente, como parcela indevidamente «amputada» a Espanha (*Portrait de l'Europe*, 1972, p. 255). Para muitos *anti-imperialistas* (os que são contra a metade *má* deste bipartido Mundo), o patrono do nosso *reprovável e escravizante* colonialismo parece que terá sido o Infante D. Henrique, ao impulsionar (por anseio de evangelização, espírito de cruzada, pendor geográfico, vontade de expansão territorial e económica — isso agora nem interessará) a epopeia quinhentista.

Tais zelos *purificadores* serão, pelo menos, pueris. Isto para não serem qualificados de sectários ou de *reaccionários* (a palavra é do domínio público, da bagagem linguística, do vocabulário de bolso de cada cidadão). Pois, realmente, estar-se-á a esquecer que Portugal, nos séculos XV e XVI, personificou o «crescimento do homem no espaço», começando, na imagem camoniana, a repartir pedaços da sua alma, mostrando-se «um povo com uma capacidade única de perpetuar-se noutros povos» (Gilberto Freire), mais cosmopolita do que dominador, sempre compreensivo e raras vezes fanático. O ecumenismo de então, salgado como o mar, ainda hoje ressoa na nossa estrutura psíquica — e até explica que os portugueses segregados das ex-colónias não tenham, na sua generalidade, discordado da descolonização nela mesma, mas apenas sofrido a falta de pão, de ocupações profissionais estabilizadas e de um futuro viável. Estavam lá para *estar* e não para *voltar*, «enriquecidos» depois de «espoliar». Para *estar* (falo do comum deles, como é evidente) ombro a ombro com negros, asiáticos e até com cubanos, se a estes não perturbasse a sua presença.

A descolonização é um fenómeno político, inteiramente justificável, esboçado a partir dos anos 50. A nossa História, mesmo a do século XIX e a dos primeiros decénios do século XX, nada tem que ver com os aspectos negativos (ao nível do poder político) das guerras coloniais iniciadas há quinze anos, como também nada deverá ter com as precipitações e unilateralismos da terapêutica recente. Dos altos e baixos, das luzes e sombras do correr dos anos emancipar-se-á a História que identifica um

Povo, que se define pelos momentos essenciais e não pelas circunstâncias acidentais que o negam nessa sua *essência*.

Não queremos que se «sonhe saudade». O destino *operacional* de um Povo é o futuro. E este é progresso, invenção, criatividade. Como sublinhou Mounier, «não é com a audácia dos nossos avós que responderemos à angústia dos nossos filhos». Mas o passado faz parte do que somos, como comunidade de homens concretos. É triste de quem recusa, quem se esvazia numa parte do que é. Quem se sente muito feliz e se desdobra em aplausos quando ouve estrangeiros insultarem a sua Pátria, aviltarem os seus irmãos de sangue que morreram no cumprimento do que lhes era assinalado como uma missão que não puderam escolher, cuspirem na sua bandeira.

Infelizmente é o que tem demasiadas vezes acontecido. E, por isso, ao ouvirmos as palavras sóbrias, certas e dignas de um general Ramalho Eanes ou de outros elementos da «parte sã» das Forças Armadas, recuperamos a fé em nós todos e começamos a sentir a vida colectiva possível de ser vivida.

2. As designações e os conceitos partem de convenções. Nesta democracia que se diz pluralista e desbloqueada toda a gente tem um infernal receio de ser etiquetada da *direita*. E, há que convir, com uma certa razão ainda hoje e com pleníssima razão até há alguns meses atrás. Ora parece elementar que uma sociedade que espontâneamente não comporte, a jogarem com *armas iguais*, uma *esquerda* e uma *direita* democráticas (mais centro, menos centro) não é pluralista e está bloqueada. Não é, afinal, uma sociedade democrática.

Para o Dr. Álvaro Cunhal, em *Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista*, escrito em 1970 e publicado em 3.ª edição em Agosto de 1974, os elementos da A.S.P. (antecessora do actual PS) eram, no tempo de Marcelo Caetano, *oportunistas de direita* (p. 51).

Outros exemplos se poderiam apontar para mostrar como tudo é relativo.

O que releva, no entanto, vitalmente será estabelecer com nitidez e realismo o ponto de clivagem entre as forças políticas

que aceitam a democracia política e as que a recusam, negando (em *projecto* ou em *acto*) a dignidade institucional de qualquer oposição e a sua presença virtual no exercício do poder. Será por isso que o apontar para uma inderrogável solução socialista a partir da Revolução de Abril sempre se me afigurou contraditório com o declarado ânimo com que ela foi acolhida pelos portugueses.

O que houve depois de Abril de 1974 foram *várias* Revoluções sobrepostas, ao sabor das arrancadas do «cavalo do poder». Otelo Saraiva de Carvalho terá tido a sua Revolução. Vasco Gonçalves *inventou* outra. O «processo revolucionário» passou a ser um campo de imaginação. E de oportunismos. E de desregramentos sem conta.

A única linha socializante a que deverá ser conferido significado foi a que se pôde captar das eleições de Abril de 1975.

Só que esta não se cumprirá na pulverização de todas as estruturas económicas do País, mas apenas na correcção daquelas que colidam com a justiça social e com a supressão da exploração *real* do homem pelo homem. O verdadeiro socialismo pouco ou nada terá que ver com a colectivização. E esta terá sempre como indispensável e *ponderado* postulado a oportunidade, a eficácia e a rendibilidade em termos de interesse *geral*. Pode-se socializar sem expropriar. E nunca se pode expropriar *confiscando*.

E tudo terá que ser avaliado à luz dum *projecto* global, num consciente balancear de vantagens e de inconvenientes. Não se colectiviza, seja o que for, para aliciar as massas ou para, simplesmente, pôr no lugar de classes *favorecidas* classes *desfavorecidas*, desfavorecendo, ao cabo e ao resto, umas e outras. O socialismo *possível* é anti-demagógico e apenas pode ter por objectivo respeitar o homem como pessoa e promover todos os homens à condição humana, pelo estimulante impulso da liberdade. Encontrar-se-á no centro da sociedade, assim construída pelo homem, o próprio homem, detentor da faculdade de participar na definição dos destinos da comunidade e de optar, responsabilmente, pelo seu destino.

3. Das turbulências de uma rota marcada por personalidades políticas (militares e civis) imaturas, que transformaram este País num jogo de infantário, adveio uma das mais graves crises que temos atravessado.

As desigualdades injustas subsistem ou foram apenas deslocadas de uma área para outra. O progresso social é, no horizonte avistável, dificilmente atingível. Chegou-se à beira do abismo.

Insensatamente, e obcecadamente, procura-se instilar nos trabalhadores portugueses (na acepção marxista, como opção de classe) não os saudáveis propósitos de produtividade, de competência profissional, de integração cooperante nas empresas *sobreviventes*, mas sim a ideia de *luta*. Luta pela *luta*. *Luta livre*. Seria caricato, se não fosse trágico, ouvir-se na TV, logo no primeiro contacto com quaisquer trabalhadores de empresas privadas ou públicas, ou de serviços públicos, perguntar-se, como que em rotina, qual a sua *luta*. Ter uma *luta* é desfaldar uma *bandeira*. É cumprir uma prioritária *missão*, como *trabalhador*. Fica-se com a ideia de que o não ter luta nenhuma e o pensar-se nos interesses do País constituiria pedra de escândalo, falta de sentido «revolucionário», inobservância de um dever cívico.

Ora esta aberrante ideia (de que a TV foi e continua a ser o mais poderoso meio de propagação) acabará por destruir o que ainda resta da nossa economia e, como corolário, da nossa sociedade.

O erro, um dos erros históricos do marxismo dogmático (que em todas as sociedades politicamente evoluídas se encontra detectado), pelo qual os interesses dos trabalhadores (o «proletariado» do séc. XIX) estarão em *necessário* e *definitivo* conflito com os das empresas privadas, não se alterou entre nós um só milímetro mesmo depois da nacionalização ou da intervenção estatal (o que, em termos práticos, tem significado transferi-las para o sector público) nessas empresas privadas. E alastrou, com o rastilho do sectarismo, à função pública.

O capitalismo agressivo não tem necessariamente como alternativa o totalitarismo colectivista, declarado ou encapotado.

Há fórmulas de compatibilização, já experimentadas nos países nórdicos, por ex., que não transformam a sociedade numa continuada e arruinante experiência bélica. Só não estará interessado em tais fórmulas quem se aposte em desenvolver uma política de «terra queimada», porta aberta para novas formas de opressão e de alienação.

A *luta* terá razão de ser quando se devam enfrentar iniquidades ocasionais ou defeitos de um sistema. Mas não pode, como hábito, ser inscrita em todas as folhas do calendário de cada um.

4. A galopante crise económica que nos assola teve como principal causa estes erros, conjugados com os da própria direcção do País, ao nível do Governo. Entretanto, por ignorância ou por má-fé, insiste-se em deslocar o nó do problema para a crise do petróleo e para a crise económica dos países ocidentais. Os defeitos nunca são nossos, são sempre dos outros.

Pois para ilustração e pista de reflexão de quem queira saber a verdade, há que dizer que a mais grave crise económica de qualquer dos países do Mundo é hoje a crise agrícola da URSS. Está tudo, por ex., muito bem contado por Jean-François Revel no n.º 1.275 do *L'Express* (15-21 de Dezembro de 1975). Carece a URSS de cerca de 210 milhões de toneladas de cereais por ano e a colheita de 1975 quedou-se na ordem dos 137 milhões. Para aferir da crueza da situação dever-se-á ter em conta que o nível médio de vida do trabalhador soviético é de 5 a 10 vezes inferior ao dos trabalhadores ocidentais (conforme os países). Um homem que vivesse dum subsídio de desemprego em Inglaterra sofreria uma quebra notória se o seu nível de vida bruscamente se afundasse até ao de um trabalhador soviético com um emprego bem remunerado. A produtividade da agricultura colectivizada é baixíssima. Isto porque os *Kolkhoses* «são, na prática, um sistema de residência vigiada, que permite fixar permanentemente 50 a 75 milhões de cidadãos soviéticos (os trabalhadores e as suas famílias) em aldeias, das quais não estão autorizados a afastar-se».

Jules Moch, o velho companheiro de Léon Blum, corrobora isto mesmo no seu esclarecedor *Socialisme de l'Ère Atomique*, publicado em 1974. Para ele, o sistema dos *Kolkhoses* seria figurável se *livremente* escolhido pelos trabalhadores. «Mas na URSS todas as tarefas adquirem mais ou menos o aspecto de trabalhos forçados. A ditadura pode, sem dúvida, pelas ameaças e pelas sanções, vencer a fome, mas não criar um mundo rural mais justo, mais livre, mais apto a realizar-se plenamente» (p. 284).

Ao que se vê, nem isso se conseguiu em 1974.

(25.2.1976)

II

1. Neste País de desvalorização dos símbolos e de inflação dos mitos sazonais, saudamos em Raul Rego o símbolo, autêntico e pulsante, da Imprensa livre, da democracia e do socialismo feito de força moral, de maturidade cívica e de solidariedade humana.

Da poeira dos tempos saltam, límpidas e vivas, palavras que Jean Guéhenno, em 1936, dirigiu a Blum no *Le Populaire*: «Admiro que o objecto das vossas preocupações intelectuais, antes de serem Marx e Engels, tenham sido Stendhal e Goethe, de Stendhal que aconselhava a que se não passasse pela vida a odiar e a ter medo, de Goethe que queria sempre mais luz. Estais no nosso campo porque é aquele onde há mais lucidez e coragem. Que um homem como vós esteja connosco é o sinal da grandeza da nossa causa e de que o futuro dos mais altos valores da humanidade está nas nossas mãos».

Coerentemente, lutou Raul Rego, antes e depois de Abril de 1974, contra a opressão e o totalitarismo, e contra a inverdade que fomentam. Coerentemente, manteve-se, depois de Abril de 1974, imune à euforia do poder, aos deslumbraamentos da vitória, aos triunfalismos da política. Em tudo sempre igual: na vertebração crítica, na inteireza da razão, na modéstia não

preparada, até mesmo na discreta indumentária de quem vive da pena, que já todos considerávamos a «pena de ouro» da liberdade.

Encontrei-o há dias, à saída do Supremo Tribunal de Justiça, depois da apresentação da candidatura do general Ramalho Eanes. Separámo-nos quando tomou o carro eléctrico na Calçada de S. Francisco.

Céleres, reluziam *Mercedes* públicos e privados. Mais públicos do que privados porque estamos em trânsito para o socialismo. E não sei porquê, fiquei-me a pensar nos Homens da 1.ª Republica, puros, idealistas e esquecidos. Talvez para os pôr em confronto com a casta dominante que está a eclodir, feita de segundas e medíocres figuras, ávidas das fofas cadeiras das empresas que, em termos de interesse colectivo, só já não são «capitalistas» porque todas dão prejuizo. Escapa-se, realmente, na memória o fenómeno *lucro*, individual ou social.

O que não desapareceu foi a moral do êxito, essa, sim, a marca indelével do capitalismo. Apenas mudou (em parte) de suportes humanos.

2. Entretanto, quase alegremente, a economia vai-se afundando, sem que, na sua área, se tenha progredido um milímetro para uma sociedade mais correcta e mais justa. Dois anos de revolução permanente, de contradições ao nível do Governo, de sobressaltos ao nível dos governados, de maniqueísmos infantis, e, sobretudo, de completa ausência de um projecto sugestivo de vida em comum, estancaram as nossas virtualidades de produzir e criar, bloquearam o rumo do desenvolvimento, do progresso, da verdadeira promoção social e económica. Os problemas decisivos para o presente e o futuro do País e dos milhões de seres humanos em que ele se resolve justificam meras palavras sibilinas e meios-sorrisos de complacente superioridade.

Por regra, as cúpulas sentem-se muito bem como cúpulas e, quer como Governo, quer no plano partidário, têm falhado na prioritária missão de esclarecer as massas de que quanto mais elas, massificadamente, julgam *controlar e reivindicar*, em lutas inconsequentes e fragmentárias, menos *participam* e mais dis-

tante tornam a possibilidade de intervir na modelação dos seus destinos e na definição de um País viável e de uma democracia duradoura. Aumentam os salários, mas aumenta em grau asfixiante o custo de vida. Os trabalhadores (na acepção classista da palavra) apossam-se das empresas ou atiram-nas para o Estado. Mas para que serve isso se qualquer empresa é hoje uma figura de retórica e uma página de ficção?

O drama da vida portuguesa, que ninguém tenta enfrentar nas suas raízes, é o de se permitir, e acicatar, a quotidianização dos conflitos sectorais, que, todos somados, transformaram este País numa batalha campal. Perspectiva-se não uma economia de paz, a partir de um contrato de progresso sinceramente compreendido e aceite, mas uma declarada economia de guerra ou, pior ainda, de após-guerra. As empresas vão falindo ou progredindo para a inanição, rarefaz-se o turismo, encaixam-se muitas das exportações quase que à custa da caridade alheia. Mas, por receio de que «pareça mal» ou de que «não convenha» partidariamente, nada se faz para que os trabalhadores espontaneamente compreendam que a sua integração responsável numa comunidade eficaz é urgente, que as empresas não podem falir, que não se deve destruir o turismo, que para exportar é indispensável produzir com qualidade e pontualidade, que a Europa Ocidental não nos *boicota* e que é dela que economicamente *depende* a nossa independência. A independência económica não se conquista com palavras ou com greves, mas com recursos e capacidade. E com mercados, onde paritariamente estejamos.

Pouco ou nada se tem feito para que se aceite de vez esta trivial premissa: um país que não viva em normalidade, e em paz social, e em confiança, não pode sobreviver. Viver com a imposição, determinada pela crise, de medidas de austeridade é apenas *sobreviver*. Quase sempre as medidas de austeridade, quando intensificadas, colidem com a liberdade. E matam, à partida, a concretização de um socialismo *democrático*, objectivado no bem estar, na felicidade, na esperança. Proceder como dona de casa, com o avental do *Diário do Governo*, cortando aqui e impedindo além para retardar a penhora final, sem pro-

curar soluções de fundo, redundará na institucionalização do *sacrifício*.

Repito que as soluções de fundo começarão ao nível *interno* e passarão pela reforma das mentalidades. Em que nos salvará a integração, *apenas*, no Mercado Comum se cada vez produzimos menos, se a anarquia no trabalho ignora todas as normas da disciplina consciente e do bom-senso, se a hostilidade é no dia a dia instilada precisamente contra os países do Mercado Comum?

A empresa, privada ou pública, tem escassas condições de vida, agora em Portugal. Quem ainda duvide que assista a duas emissões da TV.

Digamos a verdade, mesmo que *impopular*. Os trabalhadores, não obstante os seus plenários e as suas comissões de luta manipuladas por minorias agressivas, nunca estiveram tão inermes e dependentes. Pois, trabalhando em empresas no limiar da bancarrota, dependem a cada momento do auxílio do Estado, e o auxílio do Estado está a depender deste ser auxiliado, e toda esta engrenagem se desarticulará de vez quando o Estado, ele próprio, deixe de ser auxiliado e de poder auxiliar.

A actividade empresarial tem que estar liberta de exercícios de ideologia aplicada.

Não tenhamos medo das palavras.

3. A liberdade e a democracia são valores recíprocos. Uma não pode existir sem a outra. Este um dos fulcros dos nossos desequilíbrios.

A liberdade foi reconquistada num só dia. Mas passou a ser usada como se não se vivesse em democracia. Como *licencia* e não como *libertas*. Deixou de haver uma *oposição* a um regime autoritário, mas passou a haver como que uma *oposição* ao País, ele mesmo.

Em vez de ajudar, a liberdade emperrou a normalização da democracia, que não é uma dádiva, mas uma conquista, que não advém, mecanicamente, de uma declaração de princípios, mas de uma adesão, consciente e querida, a um novo estilo de vida.

Um deformado «processo revolucionário» ainda mais nos distanciou da convivência democrática e da harmonia social.

Faltou a pedagogia do exemplo. Georges Estievenart conta um episódio que deve ser confrontado com os que em Portugal aconteceram nestes dois anos. «Em princípios de 1961, Willy Brandt foi alvo de uma campanha de difamação com proporções inquietantes: os seus adversários acusavam-no de ter disparado sobre soldados alemães durante o seu exílio na Noruega, em 1941. Foi o chanceler Adenauer quem, pessoalmente, pôs termo, no Bundestag, a tais calúnias» (*Les partis politiques en Allemagne Fédérale*, 1973, p. 31). Foi, pois, o velho patriarca da democracia cristã que, num momento difícil, deu a mão, por amor à verdade e respeito pelo opositor político, ao *leader* social-democrata.

4. Tomado de excitação, o brigadeiro Vasco Lourenço acusou, perante a vasta audiência da TV, os juizes de terem medo ao actuar nos julgamentos. Estava o *casus belli* nos processos por crimes de imprensa, que, verdade seja dita, as sensibilidades à flor da pele agora desencadeiam sem pensar duas vezes no gravame que constitui para qualquer pessoa o ser atirada para o banco dos réus.

No dia imediato, embora já estabilizada a serenidade, reiterou ao *Jornal Novo* a imputação: «O poder judicial tem de actuar sem medo, o que não tem acontecido por parte da maioria dos juizes; espero que não sejam todos».

Os tribunais são um dos órgãos da soberania. Administram a Justiça em nome do povo. Independentes, apenas estão sujeitos à lei.

Julgam de acordo com a sua consciência e, numa sociedade livre, não devem precisar nem podem estar sujeitos aos conselhos de ninguém.

Não deixa, assim, de ser preocupante a atitude do brigadeiro Vasco Lourenço.

Ninguém mais autorizadamente do que um advogado poderá, aliás, afirmar que, quer nos difíceis tempos do fascismo, quer nos perturbados tempos que se lhe seguiram, os magistra-

dos judiciais foram e são, como corpo social, um exemplo raro de independência, de verticalidade e de isenção. Terão de ser uma das traves mestras da nova arquitectura colectiva.

Mas as palavras do brigadeiro Vasco Lourenço não são apenas injustas. São objectivamente perigosas, porque de molde a afectar o prestígio do Poder Judicial e o das suas decisões, obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas e pre-valectes sobre as de quaisquer outras autoridades (art.º 210.º da Constituição).

E nem se pense que os advogados alguma vez se sentiram ou quiseram dependentes dos juizes.

Retomo o que escrevi em 1972:

«São ambos (juizes e advogados) servidores do direito, em igual plano. Mas porque (uns e outros) estão estreitamente ligados na sua actuação forense, o pressuposto de uma advocacia verdadeiramente livre estará numa magistratura verdadeiramente independente».

Penso agora como então.

O que é bom sinal.

(9.6.1976)